

O município pedagógico e a constituição do sistema educacional municipal no período da intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), em Bagé/RS

The pedagogical municipality and constitution of the municipal educational system in the administration of Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) in Bagé, RS, Brazil

El municipio pedagógico y la constitución del sistema educativo municipal en el período de la intendencia de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), en Bagé/RS

ALESSANDRO CARVALHO BICA¹; BERENICE CORSETTI²

Resumo

Este artigo é resultado da tese de doutoramento: *A Sistematização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS*. Nesse sentido, tem como objetivo dialogar sobre o processo de configuração do município pedagógico e do sistema educacional municipal na terceira década da Primeira República no município de Bagé/RS, bem como discutir o papel desempenhado pelo município enquanto promotor da educação primária, secundária, artística e física. Neste sentido, no processo de reconstrução da história das políticas públicas educacionais pensadas e/ou realizadas pela Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), subsidiamos nossas análises com base nos Relatórios Intendenciasais, Relatórios de Orçamento e notícias veiculadas pelos periódicos editados na cidade de Bagé pelo prisma da metodologia histórico-crítica, constituindo um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito dos documentos.

Palavras-chave: Município Pedagógico, Sistema Educacional Municipal, Políticas Públicas de Educação.

¹ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé/RS. Líder do Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas. E-mail: alessandro.bica@unipampa.edu.br

² Doutora em Educação, com estágio de pós-doutorado concluído pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 2). E-mail: bcorsetti@unisinos.br

ABSTRACT

This article is result of the PhD research: The Systematization of Public Education in the Municipal Government of Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) in the city of Bagé/RS. In this sense, aims dialogue about the process of setting the county educational system and educational city in the third decade of the First Republic in the city of Bagé/RS, as well as discussing the role of the municipality as a promoter of primary, secondary, artistic and physics. In this sense, the process of reconstruction of the history of educational politics designed and/or implemented by the Stewardship Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), we subsidize our analyzes based on Intendenciais reports, budget reports and news published by journals published in the city Bagé through the prism of historical-critical methodology, providing a framework empirical able to articulate the relationship between written and non- written documents.

Keywords: *City Pedagogical, Educational System Municipal, Public Policy Education.*

RESUMEN

Este artículo es el resultado de la tesis doctoral: La sistematización Educación Pública Municipal en el Gobierno de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) en la ciudad de Bagé/RS. En este sentido, se pretende hablar sobre el proceso de creación de consejo pedagógico y el sistema educativo municipal en la tercera década de la Primera República en la ciudad de Bagé / RS, así como discutir el papel del municipio como promotor de primaria, secundaria, artística y física. En este sentido, el proceso de reconstrucción de la historia del pensamiento de la política pública educativa y / o llevado a cabo por Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), subvencionamos nuestros análisis basado en Intendenciais informes, informes sobre el presupuesto y los informes de las revistas publicadas en la ciudad Bage a través del prisma de la metodología histórico-crítica, y un marco empírico capaz de articular la relación entre documentos escritos y no escritos.

Palabras clave: *Condado Pedagógica, Sistema Educativo Municipal, Políticas de Educación Pública*

Recebido em: junho de 2016

Aprovado para publicação em: setembro de 2016

Ao longo da República Velha, o Estado do Rio Grande do Sul viveu uma experiência singular em termos político-administrativos com a ascensão ao poder do Partido Republicano Rio-Grandense, sob o comando e a tutela de Júlio de Castilhos, estabeleceu-se uma filosofia particular aliada a uma prática política singular de controle social do Estado. Sendo assim, a Primeira República no Rio Grande do Sul foi marcada pela hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense, que se manteve no poder tanto na esfera estadual, como no controle do município de Bagé.

Esta atuação foi assinalada pela influência ideológica do Positivismo, o qual, de acordo com Tambara (1991) apresentou certas especificidades, decorrentes da aproximação das ideias de Auguste Comte com a leitura ideológica realizada por Júlio de Castilhos, este conjugamento ideológico, ficou conhecido como Castilhismo¹.

Este processo desencadeado entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os republicanos programaram um projeto modernizador de ordem capitalista e centrado em um modelo autoritário de poder. Nesta perspectiva, os líderes republicanos na condução administrativa do Estado conferiram a escola e ao ensino público, o caminho principal para o êxito do projeto político republicano de educação, isto é, a formação da “consciência nacional” e o estabelecimento do estatuto da cidadania. (Corsetti, 2008.)

Este esforço pela estruturação do ensino público como meio de intervenção social, os governos republicanos estaduais trataram de pensar e qualificar políticas públicas educacionais para modernizar e renovar a educação estadual. Sobre esta concepção republicana de educação, Corsetti (1998, p. 154), faz a seguinte consideração:

¹ A obra *Castilhismo: Uma Filosofia da República* escrita por Ricardo Vélez Rodríguez busca compreender as origens, as influências, os sentidos e os reflexos do Castilhismo, e, resume neste sentido o conjunto de princípios e de regras norteadoras da prática castilhistas: *A “pureza das intenções”, pré-requisito moral de todo governante; O bem público interpretado como “reino da virtude”; e, o exercício de tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade.* (2000, p. 17). Ainda, no esforço de compreender o fenômeno do Castilhismo, bem como a incorporação de seus princípios pelos republicanos, Rodríguez (2007, p. 64 e 73-74) faz as seguintes considerações sobre esta ideologia: *O princípio básico para o Castilhismo é de que a sociedade caminha inexoravelmente para a sua estruturação racional [...]. Quando uma personalidade esclarecida pela ciência social assume o governo, pode transformar o caráter de uma sociedade que levou séculos para se constituir. A ação política de Castilhos inscreveu-se nesse contexto: não consultou a opinião do povo, nem sequer indagou acerca das condições de receptividade do meio para a sua ação, porque, impelido por um móvel poderoso [...] soube aproveitar o concurso dos fatores predominantes e, de acordo com eles, influir nas multidões, sendo por elas seguido de maneira irrefreável. [...] para os Castilhistas a Assembléia Estadual estava composta, indistintamente, por todos os grupos sociais, aglutinados ao redor do Partido Republicano Rio-Grandense, que era imaginado como agremiação partidária única, uma vez que não se tolerava o pluralismo partidário e, muito menos, o funcionamento da oposição. [...] os castilhistas davam preferência à renovação política, da qual esperavam a mudança moral e espiritual. [...] no castilhismo há uma tendência unificadora em torno do Estado [...], nota-se a tendência a converter tudo em função estatal [...] no sistema castilhistas, o escancarado favorecimento da doutrina estatal, através da imprensa do Partido Único e das perseguições, sem piedade, aos jornais da oposição.* Rodríguez, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma Filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção 500 anos) e Rodríguez, Ricardo Vélez. *O castilhismo e as outras ideologias*: In: Golin, Tau; Boeira, Nelson (Org). *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, Tomo I.

Em termos educacionais, o governo de orientação positivista moveu-se em função de interesses específicos, que previam a utilização da educação como instrumento de modernização. Nesse sentido a ação governamental, além de jogar com a sua política educacional para ampliar o nível de formação dos gaúchos pela diminuição do analfabetismo, entre outros elementos, demonstrou sua compreensão de que a moral e a educação constituíram-se nos principais elementos de garantia da ordem social, amenizadores de conflitos e promotores da acomodação dos indivíduos à sociedade. A escola foi, assim, um dos mecanismos de construção da hegemonia burguesa. Parta tanto, a política educacional do Rio Grande do Sul, na Primeira República, conjugou iniciativas governamentais com, sobretudo, o apoio à iniciativa privada. Insistimos, no entanto, que as ações no campo educacional integraram um conjunto mais abrangente de medidas que, na sua totalidade, configuraram o projeto político dos republicanos positivistas para o Rio Grande do Sul.

A organização do sistema educacional rio-grandense no período da República Velha, constitui-se no aparato necessário para a construção do projeto político educacional republicano. Neste sentido, faz necessário compreender que neste período, o governo do Estado, manteve primordialmente o controle sobre o ensino primário³, sendo que a escola secundária esteve quase sempre tutelada pela iniciativa privada. Portanto, estas iniciativas governamentais provocaram alterações à ordem cotidiana das cidades no que tange às questões educacionais.

Sendo assim, a educação pública adquiria uma importância vital, pois seria o único meio natural para aflorar as aptidões individuais e desenvolvê-las de forma conveniente. Para Nagle (2001), foi diante deste quadro de transformações ocorridas conjuntamente com os setores da economia, da política, da sociedade e da cultura, que se deve analisar o processo da expansão do ensino. Este esforço deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social.

³ Em relação à organização do sistema educacional no Estado do Rio Grande do Sul, se faz necessário mencionar os artigos presentes na **Constituição Estadual de 1891**, que tratam especificamente sobre a questão do ensino no Estado. Em relação às atribuições do Presidente do Estado sobre a educação, encontra-se o **artigo 25º - Providenciar sobre o ensino público primário, gratuito e livre, ministrado pelo Estado**; e, em relação às garantias encontradas pelos habitantes do Estado em relação ao ensino, encontra-se o **Art. 71 - § 10 - Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado**. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>>. Acesso em 02 jun. 2013. Sobre a função da escola para os republicanos rio-grandenses, Carboni e Maestri (2000), afirmam que ela possuía duas funções: *ser alavanca para desenvolvimento e aparato privado da hegemonia*. CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (org.) *Raízes italianas no Rio Grande do Sul (1875-1987)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

O processo da evolução das idéias pedagógicas na Primeira República, costuma ser caracterizado pela expansão da escolarização como instrumento da construção da participação política. Sobre este período Saviani (2008, p.177) traz o seguinte comentário:

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizavam-se pelo debate de idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização, considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a idéia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na efervescente década de 1920.

Portanto no processo de reconstrução da história das políticas públicas educacionais pensadas e/ou realizadas pelos intendentess municipais nas duas primeiras décadas do século XX, subsidiamos nossas análises com base nos Relatórios Intendenciais, Relatórios de Orçamento e notícias veiculadas pelos periódicos editados na cidade de Bagé.

Neste sentido, entendemos que os Relatórios⁴ Intendenciais⁵ e Orçamentais são fontes de pesquisa, e, eram produzidos geralmente no mês de setembro, possuíam como objetivo apresentar o mapeamento das ações e programas realizados pelo Intendente Municipal, referentes a todos os campos da administração pública. Na feitura destes relatórios, cada assunto da administração pública possuía um espaço específico para o relato das atividades anuais do Intendente e seus secretários.

Os esforços estaduais empreendidos pelo governo no processo de expansão do ensino na Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, também foram acompanhados pelos intendentess republicanos nas principais cidades do Estado. Nesta perspectiva, é importante perceber e analisar como se planejaram as políticas públicas⁶ para a educação municipal nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Bagé.

⁴ A feitura, a apresentação e a leitura dos Relatórios Intendenciais realizada pelos Intendentess municipais aos Conselheiros do município, ocorria geralmente entre os meses de setembro ou outubro, e fazia parte de todo um aparato simbólico e ideológico pensado pelos republicanos, que buscava representar à lisura, a honestidade, a integridade e a boa fé dos administradores sobre as questões do gerenciamento da coisa pública. Esta concepção foi uma prática realizada pelos positivistas, durante toda a Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, e pode ser definida pela frase: “*Viver para Outrem, Viver às Claras*”. Sobre este assunto, consultar: CORSETTI (1998) e GUTFREIND (1998).

⁵ Os relatórios intendenciais, sejam eles, os encontrados no jornal O Dever ou os próprios editados pela Intendência, não contemplam e/ou completam a série total das primeiras décadas do século XX, sendo assim, dispomos apenas dos relatórios dos seguintes anos: 1903 a 1908; 1910; 1914 a 1918; 1920 a 1922 e de 1924 a 1930. Portanto, na escrita deste capítulo, as análises serão feitas na conjunção dos dados encontrados nos relatórios intendenciais e orçamentários do município de Bagé.

⁶ Na perspectiva de compreender e/ou conceituar políticas públicas para a educação, compreende-se que as políticas educacionais se situam no âmbito das políticas públicas de caráter social, sendo assim, não são estáticas, mas dinâmicas, ou seja, estão em constante transformação. Para compreendê-las, é necessário entender o projeto político do Estado, em seu conjunto, e as contradições do momento histórico em questão. Sobre as preocupações que os pesquisadores devem tomar no processo de análise e compreensão das

Os primeiros relatos dos esforços municipais em tentar resolver os problemas educacionais vividos pelo município podem ser observados nas notícias do jornal “O Dever” de 19 de novembro de 1901:

O benemérito intendente Major José Octavio Gonçalves que não mede sacrifícios quando se trata da difusão escolar deste município, poz á disposição do Governo, um edificio para nelle funcionar o Collegio Districtal. O Estado facultando a educação, ás creanças que mais tarde serão os seus deffensores, os seus sustentáculos, alguns chefes e guias, e todos elles o objecto de seu legitimo orgulho, continua a dar salutaes exemplos ao resto do Brasil. Não é só por ser o modelo da justiça, da prudencia, do desinteresse, da moderação, que o Governo do Estado tornou-se tão firme e poderoso; por ter consolidado todas as forças moraes, materiais e politicas da sociedade é, mais ainda, porque ama e protege – a Instrução. (O Dever, 19/11/1901, p. 03).

Outra afirmação que se pode aferir desta nota, é o papel destinado ao Governo Estadual, numa relação co-participe das responsabilidades sobre a Educação Primária Municipal. Ainda sobre a Instrução Pública⁷ na cidade de Bagé, encontramos no Jornal O Dever de 28 de novembro de 1901:

políticas públicas, Saviani (1986, p.135), traz o seguinte alerta: *Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas.* Neste sentido, o conceito de Políticas Públicas comporta várias significações. Para alguns, pode ocorrer uma redundância, visto que toda política, pela própria natureza etimológica da palavra é essencialmente pública. Este termo pode referir-se a diferentes áreas ou campos de atuação governamental, por exemplo, política econômica, políticas sociais, ou ainda, ambientais. Pode remeter aos processos próprios da ação política, no que diz respeito aos instrumentos, regras e organização das forças que se enfrentam ou se articulam no espaço dos embates. Pode significar, ainda, as instituições políticas, como o Estado e suas normas, regras e marcos jurídicos. Sobre este assunto, consultar: AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

⁷ Entendemos *Instrução Pública Municipal* como uma atividade organizada e promovida pelo poder público. Neste sentido, ao usarmos esta expressão, estamos nos referindo ao conjunto das ações educacionais encontradas nos Relatórios Intendenciasais. Neste sentido, na perspectiva de diferenciar a *Instrução Pública Municipal* da *Educação Pública Municipal*, definimos que enquanto *Instrução Pública Municipal* representa toda a oferta do ensino escolar no município, seja ele, municipal, estadual ou privado; por outro lado, a *Educação Pública Municipal*, se refere somente ao conjunto isolado das ações educacionais da administração municipal. Na elaboração desta definição, usamos como subsídio teórico os seguintes textos: CONDERCET, M. J. A. N. *Cinco memorias sobre la instrucción pública e otros escritos.* Madrid: Morata, 2011; LUZURIAGA, L. *História da educação pública.* São Paulo: Editora Nacional, 1959 e MAGALHÃES, Justino Pereira de. *A construção de um município pedagógico – o caso de Vimioso.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004 (mimeo).

De pessoa competente recebemos os seguintes dados, [...] Das 8 aulas existentes nesta cidade, 7 funcionaram durante todo o anno lectivo. Em quase todas as aulas, sobraram livros e utensilios fornecidos pelo Estado, para serem distribuidos pelos alumnos, os quaes receberam dos respectivos professores, tudo o que foi necessário para o ensino. As aulas foram inspeccionadas por diversas vezes, pelo respectivo Inspector Regional, que encontrou sempre, em todas, numero de alumnos muito superior ao que exige o Regulamento da Instrucção publica. Finalmente, todas as aulas funcionaram em prédios confortáveis [...]. (O Dever, 28/11/1901, p. 02).

A notícia do jornal O Dever revela a preocupação em demonstrar um inventário detalhado sobre as estatísticas e condições escolares encontradas na cidade de Bagé. No Relatório Intendencial, publicado em 01º de setembro do ano de 1903, apresentado pelo Secretário Municipal Pedro Antonio da Cunha ao Intendente Municipal Major José Octavio Gonçalves no que se refere à instrução municipal, notamos as primeiras contradições e incongruências entre o pensado pela municipalidade e as reais características municipais da educação. Deste Relatório, retiramos o seguinte excerto sobre a Instrução Pública Municipal:

As aulas municipaes localizadas no 5º e 6º districto, funcionam com regularidade, ***não correspondendo, infelizmente, a frequencia de alumnos, as despezas que o municipio faz para mantel-as.*** É sabido a insistência com que foram requeridas as creações dessas aulas pelos moradores desses districtos; no entretanto, ***nas epocas de preparos de terra e plantações, as creanças abandonam por completo a instrucção para se entregarem a esses labores, afim de auxiliarem os seus progenitores!*** Em 24 de março deste anno foi inaugurado oficialmente o collegio districtal no prédio á praça Coronel Telles e em que funcionára a sede do governo do municipio. ***Apezar de já terem requerido matricula cento e tantos alumnos, este importante estabelecimento de instrucção ainda não abriu as suas aulas, pela falta de moveis, que estão sendo esperados de Porto Alegre.*** Neste sentido já tomastes as necessárias providencias, sendo possível que brevemente elle comece a funcionar. (grifos nossos). (Relatório Intendencial de 1903, p.05).

Através deste Relatório Intendencial análises iniciais podem ser feitas, sobre as reais condições das aulas municipais na cidade de Bagé, tais como: - *A preocupação com as despesas originadas pela manutenção das aulas municipais - A existência de aulas franqueadas pelo município nos arrabaldes da cidade tinha que disputar espaços sociais com as atribuições cotidianas impostas pelas ainda características rurais da cidade;* - *Os esforços estaduais conjuntamente com os municipais em prover o município de um Colégio Distrital⁸ esbarravam nas questões de infra-estrutura de responsabilidade do Estado;*

Estas ações empreendidas pela municipalidade e amparadas pelo discurso modernizador do governo estadual, tinham como pressuposto tornar a escola pública instrumento primordial na configuração da política do Estado gaúcho, que tinha como objetivo, a modernização, a garantia da estabilidade e o controle social.

As constantes preocupações dos Intendentes municipais em relação à deficiência do sistema educacional da cidade são verificadas na seqüência de descrições encontradas nos Relatórios Intendenciais do município de Bagé. No Relatório Intendencial referente ao ano de 1905, publicado no jornal O Dever de 28 de outubro do mesmo ano, pelo Intendente Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira, percebemos o panorama da Educação Pública Municipal:

Instrução Publica – *É notavel a deficiencia de escolas na campanha do municipio. De todos os districtos tenho recebido pedidos para a criação de estabelecimentos de ensino publico, ponderando-me os interessados que existe grande numero de analphabetos nos nossos departamentos ruraes, verdade que infelizmente não admite contestação.* Aferindo-me pelo grau de instrução, o progresso dos povos, é obvio que ella nos deve merecer os maiores cuidados. Existe no 5º districto uma aula municipal sob a regência do professor Manoel Pantaleão da Cunha, e outra no 6º, sob a direcção do professor Appolinario Ferreira dos Passos. ***Julgo, porém, indispensavel a dotação a cada districto de uma aula municipal.*** Se assim o entenderdes e quizerdes deveis ter presente que a aula do 1º districto será localisada fóra da zona sub-urbana, no Pirahysinho, onde a agglomeração de operários das duas xarqueadas ali existentes, faz presuppôr um importante nucleo de população escolar. ***O Estado mantem funcionando nesta***

⁸ Os Colégios Distritais foram instituídos no Estado do Rio Grande do Sul pelo **Decreto nº 82, de 02 de fevereiro de 1897**, que reorganizou a Instrução Primária no Estado, neste sentido. Estes colégios tinham como objetivo difundir e desenvolver o ensino primário e eram classificados em dois tipos: Distritais e Elementares. O Colégio Distrital da cidade de Bagé foi instituído pelo **Decreto nº 604 de 09 de março de 1903** e dissolvido pelo **Decreto nº 836 de 18 de novembro de 1905**, pois não atendia os objetivos para o qual havia sido criado. Segundo nota do jornal O Dever de 1º de fevereiro de 1903 (p.02), as aulas no Colégio Distrital começariam no dia 15 de fevereiro de 1903, sob a direção de Affonso Machado Coelho, e dos professores João Roque Moreira Gomes para a Classe Elementar masculina, Maria Clara Mogetti para a Classe Elementar feminina, Angelica de Vilhena Cardoso para 1ª Classe Complementar feminina e Affonso Machado Coelho para a 1ª Classe Elementar Masculina.

cidade, oito escolas⁹, inclusive o Collegio Districtal, instalado em um proprio do Municipio. Além destas prestam ainda o seu concurso á instrucção primaria e secundaria, entre nós, *onze aulas particulares, distribuídas todas dentro dos limites urbanos e suburbanos*, entre as quaes se comprehende o collegio N. S. Auxiliadora, dirigido por padres salesianos, instituto de ensino que veio satisfazer uma grande e legitima aspiração do nosso povo. (grifos nossos). (O Dever, 28/10/1905, p. 02).

Do Relatório apresentado acima, podemos concluir que nas iniciativas municipais em relação ao ensino primário, incorriam os seguintes problemas, a permanência numérica de poucas escolas na região da campanha do município, o grande número de analfabetos na cidade e a necessidade de criação novas aulas nos distritos¹⁰ municipais. Neste sentido também, verifica-se uma eficácia maior na oferta de aulas tuteladas pelo governo do Estado, num total de 08 (oito) aulas e mais um Colégio Distrital, e uma efetiva participação da iniciativa privada na constituição de 11 (onze) escolas e/ou aulas no município.

Corsetti (2008) afirma que na Primeira República, o Estado do Rio Grande do Sul experimentou uma participação ativa da iniciativa privada no estabelecimento de instituições escolares, sendo possível perceber nos discursos republicanos as garantias concedidas para a iniciativa privada em manter e ampliar seus espaços de penetração nos negócios da educação.

Durante o governo de Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira, observam-se as primeiras tentativas de expansão do ensino primário municipal, bem como, a preocupação na redução do analfabetismo que atingia taxas altíssimas no município de Bagé, logo se percebe que a educação constitui-se na principal ferramenta republicana. Estas constatações podem ser observadas no Relatório Intendencial do ano de 1906:

⁹ As aulas estaduais que deveriam funcionar na 6ª Região Escolar (Bagé) foram criadas pelo **Decreto nº 797 de 07 de março de 1905** e distribuídas da seguinte forma: **2ª entrância**: 1ª Escola - sexo masculino, professor Rodolfo Orfino; 2ª Escola - mixta, professora Anna Euphrosina Borba e Almeida; 3ª Escola - sexo feminino, professora Amélia Resende Ferreira; 4ª Escola: sexo feminino, professora Melanie Granier; 5ª Escola - sexo feminino, professora Silvana Araújo; 6ª Escola - mixta, professora Maria Josephina Nunes de Camargo, todas localizadas na cidade. **1ª entrância**: 1ª Escola - mixta, professora Aspasia Adélia Gonçalves de Almeida, subúrbios e 2ª Escola - sexo masculino, professora Adelgicia de Vilhena Cardoso na Estação do Rio Negro, perfazendo um total de 08 (oito) aulas. **Fonte**: Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1905. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D' "O Independente". Publicado em 1910.

¹⁰ Cabe salientar, que até a década de 1914, a cidade de Bagé era dividida em 6 (seis) distritos, distribuídos da seguinte forma: 1º distrito: São Sebastião de Bagé; 2º Distrito: Pirai; 3º Distrito: Olhos D' água; 4º Distrito: Palmas; 5º Distrito: Rio Negro e 6º Distrito: Candiota. Com exceção do 1º Distrito, todos os outros eram considerados distritos suburbanos ou rurais. As charqueadas existentes na cidade de Bagé estavam localizadas no 1º e no 5º distrito da cidade devido à existência da malha ferroviária que cruzava o município nestas localidades.

Instrucção Publica – Logo no começo do anno, *foi supprimido o collegio districtal*, que sob a digna direcção do sr. Professor Affonso Machado Coelho, mantinha o nosso patriotico governo estadual. Continuam a funcionar 6 aulas publicas estaduaes; sendo 03 mixtas, duas do sexo feminino e uma do masculino, com frequencia de 366 alumnos, sob a competente inspecção do professor sr. Azambuja Netto, ilustre educacionista ultimamente nomeado para esta zona escolar. *Em meu anterior relatorio, tive ensejo de patentear-vos a deficiência de escolas na campanha, onde é enorme o numero de analphabetos. Usando verba que para esse fim decretastes, creando mais quatro escolas, quando apenas existiam duas, localisei no populoso logar denominado Pirahyzinho, nas immediações das xarqueadas, uma aula sob a direcção da senhorita Marina Mogetti, que com proficiência tem se entregado aos árduos labores de seu cargo.* Seria para desejar que nas xarqueadas, à margem do Quebracho, fosse creada uma outra escola, em vista tambem de ser ali numerosa a população escolar. *Foram nomeadas para reger as do 3º e 4º districto as exmas sras. d. d. Maria Anunciação Martins Lopes e Maria Magdalena Lucas Collares, as quaes têm revelado zelo e competencia nos mysteres de sua profissão. Para o 6º distrito foi escolhido o sr. Beltrão Osório de Castro, continuando como professor no 5º o sr. Manoel Pantaleão da Cunha, funcionarios esses merecedores de francos elogios. A frequencia de nossas aulas da campanha é de 106 alumnos, sendo 87 do sexo masculino e 19 do feminino.* Temos ainda na nossa bella cidade o importante Collegio N. S. Auxiliadora, dirigido pelo respeitável padre André Dell Oca, que com seus abnegados irmãos salesianos, muito tem feito pelo levantamento do nivel intellectual entre nós. Nesse estabelecimento recebem instrucção 150 meninos filhos deste e dos municípios visinhos. O Collegio Espirito Santo das irmãs em S. Francisco, dirigido pela piedosa madre Albina, veio preencher um vácuo que se notava em nossa sociedade, pois que, anteriormente, as filhas das nossas mais importantes famílias iam procurar em São Leopoldo e outras localidades, a educação que agora recebem aqui de modo altamente recommendavel as preceptoras que têm a seu cargo a instrucção de 148 jovens patricias. Alem destes existem no municipio mais quatro aulas particulares com uma frequencia de 191 alumnos. Como vedes é prospero o estado da instrucção entre nós, o que me leva a congratular-me convosco, por tão auspicioso motivo. (grifos nossos). (O Dever, 18/10/1906, p.01).

Sobre as considerações descritas no Relatório Intendencial das condições da educação primária municipal percebe-se às seguintes questões: a nomeação de professoras municipais para as aulas públicas, a extinção do Colégio Distrital e que apenas 06 (seis) aulas estaduais estavam providas. Quanto à participação da iniciativa privada, observa-se o destaque dado à presença de duas instituições de ensino católicas na cidade, o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora para o sexo masculino e o Colégio Franciscano Espírito Santo destinado a educação das meninas.

Os Relatórios Intendenciais apresentados nos anos de 1907 e 1908, pelo Intendente municipal, Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira¹¹ ao Conselho Municipal, retratam o panorama da Instrução Pública no município, além de apontar transformações ocorridas em termos educacionais em sua gestão intendencial:

Instrucção Publica – São seis as aulas municipaes creadas para dar instrucção a grande numero de nossos municipaes que d'ella tanto precisam. [...] Alem das seis a que me refiro existem mais 12 escolas estadaues e 13 collegios particulares, entre esses o do Sr. Charles Dupont, provector educacionista, o das Irmãs de São Francisco e o Gymnasio Salesiano, equiparado ao Gymnasio Nacional, onde recebem instrucção grande numero de jovens patricios, deste e dos municipios visinhos. **Brevemente, em fevereiro talvez, será inaugurada em uma das sachristias da nossa Igreja Matriz, uma aula para meninos pobres e desprotegidos, obra grandiosa do nosso vigário ver. Hyppolito Costabile,** que alli á sua extrema bondade e cordura, uma superior força de vontade. **Frequentou todos os collegios que vos citei, o numero já elevado de 1612 alumnos, sendo 907 do sexo masculino e 705 do feminino, havendo matriculados mais 4174 do que no anno anterior.**

Orgulho me em ministrar-vos essas informações que attestam o progresso crescente que nesse particular, faz o nosso caro municipio. (grifos nossos). (O Dever, 05/11/1907, p. 01).

¹¹ No processo empírico da pesquisa, percebeu-se a ausência do Relatório Intendencial relativo ao ano de 1909, esta constatação tem relação direta aos decretos de **nº 1450, de 23 de março de 1909**, que anulou a Eleição do Conselho Municipal e ao decreto de **nº 1459, de 11 abril de 1909** que nomeou como Intendente Juvêncio Maximiliano Lemos, em virtude das irregularidades ocorridas no processo eleitoral de 11 de fevereiro de 1909. O novo intendente foi empossado em 15 de abril de 1909, pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa permanecendo no governo até 03 de outubro de 1910, e, portanto não apresentou relatório intendencial ao Conselho Municipal, tendo em vista os problemas eleitorais que ocorreram em função das eleições para o Conselho.

Instrução Pública – No relatório anterior vos comunicava que não era a desejada a frequência de algumas escolas municipais. *Devido á falta de frequencia extingui a escola de 4º Distrito, [...]. Pediu demissão a professora do 3º districto. [...] tranferi para lá a escola do 3º districto e nomeei o sr. Pedro Menezes, que se tem dedicado com zelo ao seu mister. [...]. Além d'estas, subvencionei com 50\$000 mais duas, uma no Passo do Salso e outra no Quebraxo, ambas no 5º districto. Existem no municipio mais 11 escolas estadaues, sendo 04 de primeira e 07 de segunda entrancia e 14 collegios particulares. A matricula total é de 1906 alumnos, sendo 1153 do sexo masculino e 753 do feminino, havendo 294 mais do que no anno estatistico anterior.* (grifos nossos). (O Dever, 14/10/1908, p. 01).

Em relação aos dados estatísticos descritos anteriormente nos relatórios intencionais, podemos compor o seguinte quadro comparativo sobre o panorama das mudanças na Instrução Pública no município de Bagé entre os anos de 1903 e 1908.

Quadro - Panorama Educacional da década de 1900

Ano	Aulas Municipais	Aulas Estaduais	Aulas Particulares	Frequência Média
1903	02	08	Não contam dados	Não contam dados
1904	02	08	13	1173 alunos
1905	03	08	11	Não contam dados
1906	06	06	11	Não contam dados
1907	06	12	13	1612 alunos
1908	08	11	14	1906 alunos
1909	Não contam dados	Não contam dados	Não contam dados	Não contam dados

Fonte: Livre adaptação dos dados encontrados nos Relatórios Intencionais.

A partir destes dados, observa-se um crescimento numérico vertiginoso no concurso do estabelecimento da educação primária pela ação municipal, de 02 aulas para 08 aulas, isto significa afirmar que este crescimento alcançou 75% no número das aulas municipais.

Em relação às aulas franqueadas pelo Estado, o crescimento alcançou um índice de 36%, e no que tange a ação da iniciativa privada, este crescimento foi de apenas 7% no número de aulas e/ou colégios em relação ao início da década.

Outra relação quantitativa que pode ser destacada se traduz no aumento de 28% nas matrículas do conjunto total das aulas distribuídas no município de Bagé.

Neste sentido, enfatiza-se que no processo de expansão do ensino primário em Bagé, este foi atendido tanto pela ação municipal como pela iniciativa estadual e privada, mas em relação ao ensino secundário, houve somente a presença de instituições escolares vinculadas às ordens religiosas e/ou particulares na primeira década do século XX.

Por outro lado, nos Relatórios apresentados durante os anos de 1907 e 1908, ainda observamos algumas especificidades no processo de expansão do ensino primário e secundário no município de Bagé. Neste sentido, percebemos claramente a iniciativa do controle da gestão dos recursos humanos e financeiros do município, a efetiva preocupação na apresentação do quadro estatístico educacional e o apreço dado à ação benemérita da Igreja Católica e das ordens confessionais no campo da instrução municipal.

Portanto, no delineamento da educação gaúcha no período da Primeira República, essa “ação benemérita” da Igreja Católica refletiu-se diretamente na ausência da atuação do Estado junto ao ensino secundário e conseqüentemente no ensino superior, garantindo amplo espaço para a iniciativa privada confessional. No entanto, no que se refere às relações entre Estado e Igreja e no estabelecimento do ensino primário, Corsetti (1998, p. 60) lembra que:

Em paralelo, a política educacional republicana incluiu, *através de uma acomodação de interesses, um relacionamento importante entre o PRR e a Igreja Católica que, mesmo não isento de divergências, serviu à concretização dos projetos por eles desenvolvidos. O apoio da Igreja foi elemento relevante no processo de dominação republicana no Rio Grande.* Por outro lado, o favorecimento à Igreja, oportunizado pelos republicanos, facilitou a recomposição da posição pretendida pela instituição, que atravessava crise expressiva desde o século XIX, particularmente com a implantação da República e a separação entre Estado e a Igreja. [...] especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. [...]. *A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário* e foi nesse nível que [...] se concretizou sua preponderância no setor. A Igreja, por seu lado, teve presença predominante no ensino secundário.

Dentre todas as ponderações destacadas por Corsetti (1988), a acomodação dos interesses republicanos e católicos, o conciliamento das divergências entre ambas as instituições e a harmonização das relações do PRR com a Igreja, foi um processo extremamente importante na consecução do projeto republicano. Este movimento pode ser observado na carta de Borges de Medeiros endereçada ao Intendente Municipal de Bagé, José Octávio Gonçalves sobre a figura do Padre Hypólito Constabile em 10 de março de 1906:

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 10 de março de 1906

Ilustre amigo sr. Coronel José Octavio Gonçalves.

Bagé.

Tenho a satisfação de apresentar-vos o distinto Hypolito Costabile, *que foi provido na vigaria dessa freguesia. Não só pelas apreciáveis qualidades que tem revelado como sacerdote e também pelo facto de ser nosso esforçado correligionário*, recomendo – o ao vosso carinhoso acolhimento, certo de que lhe prestareis os serviços de que venha a necessidade para bem desempenhar-se das suas funcções. Saudo-vos cordialmente.

Amº e Co_religº Abº

Borges de Medeiros. (grifos nossos). (Fonte: Acervo Museu Dom Diogo de Souza).

As análises realizadas com base nos Relatórios Intendenciais, tiveram como objetivo esboçar o quadro e o panorama da educação no município, bem como, indicar o processo de expansão educacional que se desencadeou com o iniciar dos anos 1900 na cidade de Bagé. Ademais, este processo ocorrido na primeira década do século XX representa os primeiros passos para consolidação do projeto modernizador republicano no Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com Corsetti (1998), o projeto republicano de educação ancorava-se na expansão do ensino, na extinção do analfabetismo, na modificação dos programas curriculares, na organização e no planejamento do ensino, como também na aplicação de recursos financeiros à educação. Segunda a mesma autora: *“a importância da educação primária pública foi posta com insistência, sendo ela ingrediente fundamental do projeto de modernização implementado pelos positivistas no Estado.* (Corsetti, 1998, p. 171).

No transcorrer da década de 1920, a condução de Carlos Cavalcanti Mangabeira à Intendência Municipal de Bagé no ano de 1925, representa o contexto dos reflexos políticos e administrativos ocorridos na última década da Primeira República. As conjecturas oriundas da Pacificação de 1923 no Estado e da reforma da Lei Orgânica Municipal em 1924 provocaram uma nova configuração dentro do Partido Republicano Bajeense nos últimos anos da década de 1920.

Portanto, é interessante perceber que a eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira para o pleito municipal, representa o refortalecimento do princípio da hegemonia partidária do PRR bajeense após a distensão política ocorrida com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, esse movimento ocorreu simultaneamente na capital do Estado, Porto Alegre, como afirma Bakos (2007, 195), sobre a eleição do intendente republicano Otávio Rocha no ano de 1925:

À luz do pensamento de Gramsci, sabe-se, hoje, que é preciso, quando se verifica uma crise hegemônica, apresentarem-se líderes e projetos novos. Na prática, essa foi a atitude do PRR, escolhendo Otávio Rocha à execução de remodelação da cidade [...].

Consciente da importância de seu papel e do dever procurou-se cercar de técnicos especializados, aumentando, em muito, a burocracia do governo municipal [...] Uma das medidas prioritárias do novo intendente foi organizar o sistema [...] para, a partir daí, fazer as reformas [...].

A leitura da citação de Bakos (2007) nos ajuda também a compreender a postura ideológica, política e administrativa que Carlos Cavalcanti Mangabeira iria imprimir na condução da Intendência Municipal de Bagé após o ano de 1925. Ao que tudo indica, Mangabeira assumiu uma postura austera em relação aos princípios positivistas na condução de sua gestão administrativa. Sendo assim, ao assumir a Intendência municipal, Mangabeira manifestou seu interesse em regenerar as instituições políticas e administrativas, buscar a saúde financeira do município e preconizar a responsabilidade fiscal da administração pública.

Neste sentido, Carlos Cavalcanti Mangabeira, guiou sua administração pela filosofia positivista, de governar pela ordem e pelo desenvolvimento do progresso das coisas públicas e privadas preconizada pelos republicanos, como afirma Corsetti (1998, p. 95): *a perspectiva reformadora de Augusto Comte foi assumida amplamente pelos republicanos rio-grandenses, desde a concepção relativa às bases científicas da nova sociedade, [...] chegando até ao campo educacional.*

Para tanto, ao analisarmos o Relatório Intendencial do ano de 1925, encontramos a seguinte informação sobre o panorama da Educação Pública Municipal, como também, sobre as futuras intenções da municipalidade em relação às questões educacionais, descritas, pelo então, Intendente Municipal, Carlos Cavalcante Mangabeira, na página inicial do documento:

Instrução Pública - Convencido que a grandeza de um povo se aquilata principalmente pela sua instrução e que uma das principaes funcções de uma administração é zelar pelo ensino dos seus administrados, tenho procurado cuidar com o maior desvelo e carinho d'este nobre encargo, e, assim praticando, ***quis que meu primeiro passo administrativo fosse concernente á instrução publica promulgando por Acto n. 295 de 8 Maio, o regulamento das escolas municipaes.*** Logo, em seguida nomeei inspector escolar, de accôrdo com o regulamento baixado, o professor Waldemar Amorety Machado. ***No mesmo mez foi aberta, pela primeira vez, em Bagé, a inscripção para o concurso¹² de***

¹² O Edital do Concurso para o Magistério Municipal foi veiculado durante todo o mês de maio de 1925 nos jornais Correio do Sul e Dever. Para inscreverem-se no concurso, os candidatos deveriam ser brasileiros ou naturalizados, maiores de 21 anos e menores de 55 anos e atestado de boas referências, ainda no mesmo Edital se encontravam os conteúdos exigidos, ***“Grammatica Portugueza; Arithmetica; Geographia do Brasil e do Rio Grande do Sul e História Pátria***”. No jornal Correio do Sul de 17/06/1925, p.02, foi veiculada a seguinte notícia: *os exames terão inicio no dia 06 e 07 do mez entrante, sob a presidencia do*

professores municipaes, tendo se inscripto 33 candidatos, dos quaes 25 lograram aprovação. Por acto n° 304 os candidatos aprovados em concurso foram nomeados e localizadas as escolas [...] É de 2492 o total dos alumnos matriculados nos diferentes collegios do município, assim discriminados: escolas municipaes 526, estaduaes 366, parochiaes 311, particulares 1289. Penso que o ensino primário municipal tomou outra direcção e não pouparei esforços para que a instrucção tenha a maior diffusão no município. (grifos nossos). (Relatório Intendencial de 1925, p. 04).

A partir deste excerto do Relatório Intendencial, ponderamos, então, que as mudanças administrativas e educacionais tangenciadas pela Intendência da cidade de Bagé, comecem a ocorrer efetivamente somente com a instituição do Regulamento das Escolas Municipais em 1925.

O Ato nº 295, de 08 de maio de 1925¹³ que estabeleceu o Regulamento das Escolas Municipais teve por objetivo unificar e controlar a Educação Primária Pública no município de Bagé, estes termos são defendidos pelos positivistas durante toda a Primeira República. Neste sentido, o controle permanente da educação pública foi uma ferramenta defendida pelos republicanos, associada à unidade pedagógica e ao planejamento do ensino. (Corsetti, 1998)

Sem dúvida alguma, o estabelecimento e as imposições contidas no Regulamento das Escolas Municipais editado pela Intendência Municipal de Bagé no ano de 1925 promoveram as primeiras reformas educacionais na cidade, e caracterizaram o primeiro “*Sistema de Educação Municipal*”. Neste sentido, podemos pensar que no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira organizou-se em Bagé o princípio do *município pedagógico*¹⁴ defendido por alguns teóricos da educação.

O Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da Faculdade de Educação (UNICAMP) têm produzido um acervo on-line para consulta de pesquisadores interessados nas mais variadas áreas das Ciências Humanas. Logo, ao procurarmos um conceito apropriado para a ideia de Município Pedagógico no glossário de assuntos e temas relacionados à História da Educação Brasileira, encontramos a seguinte definição elaborada por Gonçalves Neto:

respectivo inspector escolar, em uma das salas da municipalidade. O Edital de nomeação dos professores foi veiculado pelos jornais O Dever e Correio do Sul em 04 e 05 de agosto de 1925.

¹³ O Regulamento das Escolas Municipais de 1925 foi o primeiro regimento que atuou e legislou sobre as características administrativas, estruturais e pedagógicas das escolas municipais da cidade de Bagé, sendo publicado em sua íntegra no jornal O Dever e no Correio do Sul na edição de 09 de maio de 1925.

¹⁴ Sobre a ideia de município pedagógico na história da educação brasileira, consultar as obras de: CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a Educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906)**. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara (UNESP), v.05, n. 02, 2010; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG**. In: Cadernos de História da Educação. Uberlândia (MG): EDUFU, n. 2, 2004 e GONÇALVES NETO, Wenceslau. **História e memória da educação: a organização do sistema escolar em Uberabinha, MG, no final do século XIX**. In: Revista História da Educação. Pelotas (RS): UFPel/ASPHE, vol. 9, n. 17, abr. 2005.

O município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, dado seu uso recente, e tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também se inclui nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia e delimitação de uma identidade municipal. *Deve-se acrescentar que esse movimento é impulsionado, na época, pela crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação.*

A construção epistemológica da categoria de município pedagógico vincula-se em termos históricos a construção do município político e administrativo, compreendendo-o como uma entidade administrativa local, que promoveu a educação a uma posição de centralidade para alcançar o desenvolvimento socioeconômico.

Seguindo a lógica positivista, a educação era vista como fator de promoção social de civilidade, onde a sociedade evoluiria naturalmente, e a cidade deveria acompanhar essa evolução, fruto do processo de urbanização no país.

E para institucionalizar esse ajustamento, a educação foi usada como instrumento da unidade nacional, estas preocupações e iniciativas são o que denominamos de município pedagógico. (Carvalho, 2010)

O movimento de constituição do município pedagógico em Bagé/RS foi inaugurado pela Intendência Municipal na gestão de Carlos Mangabeira, seu projeto de sociedade tinha como propósito estabelecer o papel *regenerador da educação* e a implantação de um *sistema escolar* que regularizasse a Educação Municipal, este movimento trouxe o conjugamento dos ideais republicanos da Primeira República. Assim sendo, procuraremos estabelecer conexões entre os Relatórios Intendenciasais do município de Bagé, entre os anos de 1925 e 1929.

No Relatório Intendencial de 1926, Carlos Mangabeira procurou reafirmar os laços republicanos e políticos existentes entre o Conselho Municipal e a Intendência, visto que todas as decisões que tangenciavam a vida administrativa do município deveriam em tese serem aprovados na leitura anual do Relatório. Especificamente sobre a ação da municipalidade na expansão do ensino primário e no gerenciamento da Instrução Pública

Municipal, o Relatório Intendencial apresentado por Carlos Cavalcanti Mangabeira ao Conselho Municipal de Bagé em 20 de setembro de 1926, traz a seguinte consideração:

Instrução Publica - É com o maior desvanecimento que levo ao vosso conhecimento que a instrução publica, em Bagé, vae em crescimento desenvolvimento. ***Notando que a campanha do municipio muito necessitava de escolas, providencieei para que, no dia 06 de março, se realizasse o segundo concurso, unicamente para professores da campanha.*** Inscreveram-se 09 candidatos, tendo sido aprovados, foram designados para os seguintes logares: Stª Tecla, Rincão, Nascente do Rio Negro, Estação do Rio Negro, Passo do Valente, Coxilha Secca, Aceguá, Bolena e Tamanduá. [...]. ***Actualmente existem 32 escolas municipaes. Além destas e das subvencionadas pelo governo do Estado em numero de 14, a municipalidade subvenciona as escolas parochiaes de S. Sebastião, de S. Pedro, de Stª Elisabeth e as de D.D. Maria Francisca Nunes Granier, Olívia Romero e Alice Rego.*** Todas as escolas são gratuitas, tendo de frequencia grande numero de alumnos. A municipalidade subvenciona cada uma dellas com a quantia de cem mil réis mensaes. A todas estão sendo fornecidos com regularidade, sendo seguidamente fiscalizadas pelo inspector escolar e, tambem, na campanha, pelos sub-intendentes dos districtos. ***Os alumnos teem tomado parte em festejos patrióticos, e tudo leva a crer que da maneira pela qual está se interessando o professorado municipal, vae se desenvolver grandemente a instrução primaria em Bagé.*** (grifos nossos). (Relatório Intendencial de 1926, p.04).

A partir da leitura deste trecho do Relatório Intendencial, observamos que quando Carlos Mangabeira faz as seguintes referências: ***Notando que a campanha do municipio muito necessitava de escolas, providencieei para que, [...], se realizasse o segundo concurso, unicamente para professores da campanha,*** ele está fazendo cumprir o Regulamento das Escolas Municipais em seu Art. 2º que trata da criação de aulas nos distritos rurais e quando ***a municipalidade subvenciona as escolas parochiaes as de D.D. Maria Francisca Nunes Granier, Olívia Romero e Alice Rego,*** a Intendência permanece subvencionando escolas que atendiam crianças reconhecidamente pobres (Art. 26º).

Ademais, neste processo de expansão do ensino primário municipal evidenciou-se também a busca pela construção do imaginário social da república nas crianças e professores nas festividades pátrias, atitude defendida pelos republicanos gaúchos, como afirma Corsetti (1998, p. 231): *os rituais, expressos através das comemorações e festas cívicas destinada à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola, mais uma vez, contribuiu eficazmente nessa tarefa.*

Outras informações descritas no Relatório realizado pelo Inspetor Escolar no ano de 1926 sobre a organização administrativa e a unidade pedagógica do ensino primário municipal pela Inspetoria de Ensino Primário também são reveladas neste documento:

Reabertura da matrícula e aulas¹⁵ - *Conforme preceitua o artigo VII do regulamento em vigor foram publicados editais em 16 de fevereiro abrindo a matrícula de todas as aulas municipais e designando a reabertura das mesmas para o primeiro dia útil do mez de Março, epocha em que começam a funcionar com toda a regularidade e bôa frequencia de alumnos de ambos os sexos. (grifos nossos). (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 67-68).*

Mudança de horario¹⁶ - *Visando a maior regularidade de frequencia ás aulas, especialmente das creanças pobres, que difficilmente dispõem de todo o dia para se dedicarem ao estudo, V. S. attendendo o que lhe foi requerido, julgou racional modificar o horario das aulas. Esse horario que era das 9 ás 11 e das 13 ás 16 horas, passou a ser por acto nº 321 de 09 de abril, 4 horas indivisiveis, isto é, das 8 ás 12 horas. (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 69).*

Sem dúvida alguma, a tese da organização administrativa e da unidade pedagógica foi amplamente defendida no plano estadual pelos republicanos durante toda a Primeira República. (Corsetti, 1998). Neste sentido, é possível afirmar que ao pensar a expansão da educação primária municipal, Carlos Mangabeira percebeu a necessidade premente de se ter o pleno controle da educação primária municipal.

No processo de análise das fontes levantadas nesta pesquisa no contexto das reformas municipais empreendidas na gestão do Intendente Municipal Carlos Mangabeira, verificou-se a importância conferida à figura do Inspetor Escolar, Waldemar Amorety Machado¹⁷, na consecução do projeto modernizador pensado pela Intendência Municipal. Sobre o papel do Inspetor Escolar, Corsetti (1998, p. 347), faz a seguinte afirmação: *um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários [...] na realização das tarefas fiscalizadoras do ensino.*

¹⁵ Os editais sobre a abertura das matrículas e da reabertura das aulas municipais foram encontrados no jornal O Dever de 03 de março de 1926, p.02.

¹⁶ As notícias sobre a mudança de horário das aulas municipais foram encontradas no jornal O Dever de 10 de abril de 1926, p.02.

¹⁷ O professor Waldemar Amorety Machado era diretor do Colégio São Luiz Gonzaga na época de sua nomeação para Inspetor Escolar, era reconhecido como um educador dedicado nas causas educacionais. Mesmo após o fim da Primeira República dedicou-se ao magistério no município de Bagé.

Portanto, no processo de expansão do ensino primário municipal as preocupações atinentes aos esforços da municipalidade foram amplamente defendidas pelo Inspetor Escolar, como se pode observar em seu Relatório:

Proseguindo na execução do programma administrativo, a que se produz o esclarecido governo de V. S., têm-se empregado todos os recursos accessíveis, para que o ensino primario tenha a mais ampla diffusão neste municipio. Visando este desideratum, o magisterio municipal, compenetrado da ardua missão que lhe compete, não se limita a acção passiva de esperar o matriculando, para ministrar-lhe os rudimentos de que carece, mas desenvolvendo sua actividade, vae, por meio de patriotica propaganda, á casa do alumno, realçando a necessidade da instrucção e cooperando deste modo para o augmento da frequencia escolar. [...] ainda é uma affirmação do progresso da instrucção neste municipio e constitue um dos melhores títulos demonstrativos dos benefícios, que Bagé vem colhendo, na execução do systema educativo que adoptou. *Comtudo, se senões ainda existem, é porque certamente, todas as questões que surgem, quando se trata de resolver tão magno, quão momentoso problema, não pertencem ao curto espaço de tempo, que medeia uma gestão administrativa, mas reclamam demorado estudo e constantes esforços,* que visem, ao menos, por em equação o problema, para os trabalhos de cada anno, sejam a continuação dos do precedente, seguindo deste modo por caminho recto e seguro ate o fim collimado, o que não só evita o destruir para recommear, como ainda facilita as futuras administrações. *Para este ponto fundamental, tem-se feito convergir todos os esforços, afim de formar um systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos.* (grifos nossos). (Relatório do Inspetor Escolar de 1928, p. 33-34).

Neste fragmento do Relatório, percebe-se a importância da figura do Inspetor Escolar, como agente da municipalidade com poder para fazer cumprir os programas de transformações pensados para as escolas primárias municipais. Por outro lado, o próprio inspetor escolar assumia as exigências descritas no Regulamento das Escolas Municipais referentes ao seu cargo, além de afirmar que a expansão do ensino primário fazia parte de um *systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos*.

De acordo com Faria Filho (2000), os Inspectores de Ensino imprimiam suas observações dos acontecimentos do cotidiano escolar, possibilitavam o controle, como possíveis intervenções nas atividades desenvolvidas nas escolas. Em outras palavras, os relatórios produzidos concediam à Intendência Municipal uma maneira de fiscalizar as

atividades dos profissionais que atuavam nos estabelecimentos de ensino, de forma a manter sempre vivo os interesses da municipalidade.

Os Relatórios Intendenciários analisados revelam que as ações empreendidas pela municipalidade entre os anos de 1925 a 1929 da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira, dinamizaram a educação primária municipal. Portanto, o estabelecimento do primeiro *sistema educacional municipal* de Bagé, produziu uma série de determinações legais, como a existência do Inspetor Escolar, a contratação de professores, a expansão do número de aulas municipais para sede e a campanha do município, a subvenção para escolas particulares, a criação de grupos escolares e a compreensão da educação como um ramo da política pública municipal.

O progresso quantitativo do *Sistema Educacional Municipal* pode ser observado quando confrontamos os números da Instrução Pública Municipal da última gestão de Tupy Silveira (1921-1924) com a gestão de Carlos Mangabeira (1925-1928) na tabelas¹⁸ comparativas abaixo:

Tabela 1 - Instrução Pública Municipal (1921-1928).

Aulas	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Estaduais	02	02	02	02	02	02	02	02
Particulares	25	28	28	35	14	14	14	14
Paroquiais	03	03	03	03	03	02	02	02
Municipais	06	06	06	06	14	18	18	21
Municipais Subvencionadas	14	14	14	14	14	14	14	14
	50	53	53	68	47	50	50	53

Fonte: Livre adaptação dos Relatórios Intendenciários

Em relação aos dados quantitativos expostos pela Tabela 01, observamos que a intervenção estadual no município de Bagé, sempre correspondeu a 14 (quatorze) subvenções às aulas municipais, 01 (um) Colégio Elementar e 01 (uma) escola isolada para o sexo masculino. Durante a última gestão de Martim Silveira, houve um aumento gradual de 40% no oferecimento de escolas particulares. Em relação às escolas paroquiais e aulas municipais este percentual permaneceu igual entre os anos de 1921 a 1924.

Por outro lado, no período da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1928), observamos que o aumento gradual ocorrido na oferta de aulas da iniciativa privada no período de 1921 a 1924 teve uma queda percentual de 40% no número de aulas oferecidas. Logo, a introdução do *Sistema Educacional Municipal* em 1925, promoveu um aumento na oferta de aulas públicas tuteladas pelo município em 175%, isto é, de 06 aulas no ano de 1924 para 21 aulas no ano de 1928.

¹⁸ Salientamos que na composição da Tabela 01, foram usados os números educacionais encontrados nos Relatórios Intendenciários dispostos entre os anos de 1921 e 1928, outro ponto que merece ser destacado, é que o último relatório apresentado por Tupy Silveira corresponde ao ano de 1924, e que também o último relatório de Carlos Mangabeira foi apresentado no ano de 1928, em decorrência deste fato é que a tabela se encerra no ano de 1928.

Além disso, no processo de expansão da intervenção municipal na Educação configurou-se também a manutenção e o aumento das subvenções às escolas paroquiais e particulares, esta ação pode ser constatada quando observamos a tabela 02 sobre os números da intervenção municipal na Instrução Pública Municipal:

Tabela 2 – Intervenção Municipal na Instrução Pública Municipal (1921-1928)

Aulas	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Particulares Subvencionadas	03	03	03	03	03	03	03	04
Paroquiais Subvencionadas	01	01	01	01	03	04	04	04
	04	04	04	04	06	07	07	08

Fonte: Livre adaptação dos Relatórios Intendenciais

Ao analisarmos a tabela acima, algumas observações podem ser feitas, entre elas, que a administração municipal no período de 1921 a 1928, pouco alterou o número de subvenções às escolas particulares, visto que havia um número significativo de escolas particulares na cidade de Bagé.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre as fontes examinadas, entendemos que no processo de expansão da Instrução Pública Municipal, ocorrido na cidade de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, a gestão municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira imprimiu a cidade um novo reordenamento urbano e social em todos seus aspectos, porém, sua grande contribuição se verificou na configuração e na organização de um *Sistema Educacional Municipal*.

Este movimento inaugurado na gestão intencional de Carlos Cavalcanti Mangabeira, edificou um novo planejamento educacional e conferiu ao município de Bagé um quadro de mudanças significativas de ordem administrativa, estrutural, educacional e pedagógica.

Entretanto, estas mudanças também provocaram novas implicações educacionais na cidade como a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora, o estabelecimento do Conservatório Municipal de Bagé e a construção da Praça de Desportos. Porém, estes novos sobre o sistema educacional municipal merecem novos olhares historiográficos.

Referencias

BAKOS, Margaret M. **Política na Sala de Visitas (1897-1937)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (Tomo I).

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906)**. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 5, n.2, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/3485/3256>> Acesso em 10 set. 2016.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **Contribuição à história do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra**. 282 f. Tese de doutorado em Educação, UNICAMP: Faculdade de Educação, 2010.

CORSETTI, Berenice. **Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. In: Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel – Pelotas, nº 31, julho/dezembro 2008.

_____. **Controle e Ufanismo**. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930). Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano**. 1998, p. 50. In: GRAEBIN, Cleusa M.; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. 1ª ed. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 47-58.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

MAGALHÃES, Justino. **O local e a educação: para a história do município pedagógico**. In: Revista de Administração Local. Legislação, Jurisprudência, Doutrina e Estudos, nº 215, Set/Out.2006. Ano 29, pp.607-614. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5045/1/O%20local%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 13 set. 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. . Campinas: SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

TAMBARA, Elomar A. C. **A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Tese de doutorado em Educação, UFRGS: Programa de Pós Graduação em Educação, 1991.

Fontes

Jornal O Dever (1900-1928).

Regulamento das Escolas Municipais do município de Bagé (1925).

Relatórios Intendenciasais do município de Bagé (1900-1929).